

HABEAS CORPUS Nº 513.696 - SP (2019/0160420-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : TALITA DE ALMEIDA SEGHETTO
ADVOGADO : TALITA DE ALMEIDA SEGHETTO - SP189694
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : GABRIEL HENRIQUE AGUIAR (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de GABRIEL HENRIQUE AGUIAR contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo na Apelação n.º 0012495-91.2015.8.26.0506.

Consta dos autos que o Paciente foi condenado às penas de 02 (dois) anos de reclusão, em regime inicial semiaberto, e 10 (dez) dias-multa, como incurso no art. 155, § 4.º, incisos I e IV, do Código Penal (fl. 18).

Irresignado, o Sentenciado interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pela Corte estadual (fls. 31-41).

Neste *writ*, sustenta a Impetrante, em síntese, a ilegalidade do regime inicial de cumprimento de pena imposto ao Paciente, porquanto foi fixado sem respaldo em fundamentos idôneos e a quantidade da pena aplicada admite o regime aberto.

Requer, liminarmente e no mérito, seja fixado o regime aberto para o inicial cumprimento da pena e, ainda, substituída a pena corporal por restritivas de direitos.

É o relatório inicial. Decido o pedido urgente.

Em juízo de cognição sumária, não constato o *fumus boni iuris* do pedido, tendo em vista que o Magistrado sentenciante, ao fixar o regime inicial, consignou que, "[e]m que pese a primariedade técnica do réu e a quantidade de pena a que foi condenado, fixo o regime semiaberto para início de cumprimento da pena privativa de liberdade, ante as circunstâncias judiciais desfavoráveis mencionadas na primeira fase da fixação da pena" (fl. 18; sem grifos no original).

Como se percebe, o regime estabelecido foi mais gravoso do que o admitido pelo *quantum* da pena aplicada, porque algumas circunstâncias judiciais foram consideradas desfavoráveis, o que, em princípio, está em consonância com o art. 33, §

3.º, c.c. o art. 59, ambos do Código Penal.

Exemplificativamente:

"[...]

II - No que se refere ao regime prisional, de acordo com a Súmula 440/STJ, 'fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito'. De igual modo, as Súmulas 718 e 719 do STF prelecionam, respectivamente, que 'a opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada' e 'a imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea'.

III - No caso dos autos, contudo, as instâncias ordinárias estabeleceram a pena-base acima do mínimo legal, por terem sido desfavoravelmente valoradas circunstâncias do art. 59 do Código Penal, o que permite a fixação de regime prisional mais gravoso do que o indicado pelo quantum de reprimenda imposta ao réu, a teor do disposto no art. 33, § 3º, do Código Penal.

IV - O agravante não trouxe qualquer argumento novo capaz de ensejar a alteração do entendimento firmado por ocasião da decisão monocrática, que deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos.

Agravo regimental desprovido." (AgRg no HC 503.450/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 27/05/2019; sem grifos no original.)

Assim, o presente caso não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência, por não veicular situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade sanável no presente juízo perfunctório, devendo a controvérsia ser decidida após a tramitação completa do feito.

Ante o exposto, INDEFIRO o pedido liminar.

Encontrando-se os autos devidamente instruídos, dispensio as informações da Autoridade Impetrada.

Ouçá-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de junho de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora